



Domingo, 27 de junho de 2004
Caderno de Economia
O Estado de São Paulo

Não decolou

Celso Ming (ming@estado.com.br)

Lançado em julho do ano passado, o programa de microfinanças do Governo Federal não levantou vôo. Mas isso não significa que o microcrédito esteja fadado ao fracasso.

O ponto de partida do programa foi a Resolução 3.109 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que obrigou os bancos a destinarem 2% da média diária dos depósitos à vista (o equivalente a cerca de R\$ 1,2 bilhão) a operações de microfinanças.

Os empréstimos são de até R\$ 500 para pessoas físicas e R\$ 1 mil para microempreendimentos, com juros máximos de 2% ao mês. Podem obter financiamento titulares de contas cujo saldo não exceda R\$ 1 mil, categoria na qual se enquadram os titulares de contas especiais criadas a partir de junho do ano passado; beneficiários do Fundo de Combate à Pobreza (independentemente de terem ou não conta bancária); e pessoas jurídicas aptas a obter crédito nas Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs).

O coordenador especial do Grupo de Trabalho Interministerial de Microcrédito, Gilson Bittencourt, calcula que a média mensal das aplicações do sistema não tenha excedido os R\$ 212 milhões, apenas 17,6% do R\$ 1,2 bilhão esperado.

Um dos motivos do fiasco: os juros de 2% exigidos não cobrem os custos operacionais dos bancos na concessão dos empréstimos – como explica Teófilo Cavalcanti Neto, superintendente da Viva Créd – uma ONG carioca de microcrédito que há sete anos opera na favela da Rocinha e já atendeu a cerca de 3 mil clientes.

Morte – “Foi a crônica de uma morte anunciada”, confirma o coordenador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), Manuel Thedim.

Como calcular, por exemplo, o risco de inadimplência de um beneficiário do Fundo de Combate à Pobreza que não tem conta (e, portanto, não apresenta retrospecto que sirva de base de cálculo do risco de inadimplência) nem emprego registrado em carteira?

Não é preciso muito para entender que o custo operacional da modalidade é alto. Se empresta R\$ 100 mil para uma empresa, o banco faz apenas uma análise de risco, um processamento do negócio e uma administração de garantia. Para emprestar R\$ 100 mil no microcrédito, tem que percorrer o mesmo procedimento 100 vezes, com o agravante de que não há informação confiável sobre a capacidade de pagamento de um pé-rapado.



As financeiras, por exemplo, compensam a falta de informações e os altos índices de inadimplência (10% para os empréstimos com pagamento em atraso por mais de 180 dias) com juros lunares, de até 15% ao mês. Mas essa solução não pode ser adotada, pela própria limitação do teto dos juros. “Os bancos optaram pelo caminho mais fácil criaram poucas linhas de crédito, todas destinadas a clientes de baixo risco, como aposentados que recebem pela conta bancária”, revela um economista do setor que prefere não se identificar.

As 171 instituições de microcrédito existentes no País – basicamente, SCMs e Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) -, avaliam o risco de inadimplência por meio dos agentes de crédito.

O diretor do Unibanco, Carlos Ximenes, responsável pelas operações de microcrédito, explica que os agentes vão à casa do tomador de crédito e lá avaliam pessoalmente os riscos. “Verificam se o interessado tem carnês quitados de compra a prestação e se informam sobre a idoneidade do cliente com vizinhos e parentes.”

O resultado é um índice de inadimplência reduzido (2% a 2,5% na média nacional), mas com um custo operacional quatro vezes superior ao das financeiras, como explica Maurício Moura, gerente de Planejamento do Unibanco e pesquisador da ONG Planet Finance, especializada em microcrédito. Os juros são de 3,5% a 4%.

Dá certo – Os problemas não terminam aí. “Não há uma política para o microcrédito destinado à produção”, afirma Caetano Lovarato, presidente da Associação Brasileira das Entidades Operadoras de Microcrédito (Abcred).

O BNDES, que, no governo passado, respondia por um terço dos financiamentos, estabeleceu regras que, na prática, inviabilizam a captação de recursos pelas SCMs e Oscips: as repassadoras de crédito têm de fornecer garantias reais e cobrar do cliente juros de no máximo 2% ao mês. “Quando terminar o contrato com o BNDES teremos de buscar nova fonte financiamento”, explica Cavalcanti, da Viva Cred.

Bittencourt, do Grupo de Trabalho Interministerial de Microcrédito, revela que o governo estuda uma forma de facilitar a venda das carteiras de crédito das instituições de microcrédito para os bancos, o que, ao mesmo tempo, facilitaria o cumprimento das metas estabelecidas pelo CMN e forneceria recursos para novos empréstimos. As carteiras continuariam a ser administradas por essas instituições.

O interesse na liberação dos recursos pelo BNDES pode passar a impressão de que o microcrédito não sobrevive sem subsídios. Mas Cavalcanti nega: “o setor só precisa de recursos para andar com as próprias pernas.”

O fato de que o Viva Créd conseguiu o equilíbrio entre receitas e despesas emprestando para as classes mais baixas do Rio parece mostrar que a idéia pode dar certo. Mas, decididamente, não é coisa para os bancos convencionais.



FÓRUM
microfinanças
RIO DE JANEIRO

Clipping
Junho 2004